

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA — UMA
LEITURA DAS OBRAS DE GILBERTO FREYRE, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E FLORESTAN
FERNANDES**

*João Marcelo Maia

INTRODUÇÃO

Durante boa parte da última metade do século passado, foi moeda corrente entre sociólogos, historiadores, cientistas políticos e demais estudiosos brasileiros a idéia de que o Brasil não conhecera uma “verdadeira” revolução. De acordo com essa perspectiva, os principais momentos históricos do país teriam sido sempre transformações epidérmicas, conduzidas por elites tradicionais e incapazes de alterar a estrutura da sociedade¹. A famosa frase de Antônio Carlos – “façamos a revolução antes que o povo a faça” – foi mobilizada em inúmeros trabalhos, artigos, livros, etc. como emblema perfeito da suposta mania nacional por conciliações e pactos de elites.

As razões para o apego da *intelligentzia* brasileira a uma concepção “radical” da História do país – em que se destaca sempre a ausência de rupturas—é, por si só, tema suficiente para um estudo aprofundado, que obviamente escapa aos limites deste trabalho. Contudo, interessa reter aqui que essa concepção traduziu-se numa leitura particular do conceito “revolução”, tributária do que seria considerado uma revolução liberal-burguesa “clássica”: a Francesa. Uma profunda transformação social, política e econômica conduzida pela burguesia em aliança com a plebe contra uma tradicional elite aristocrática representaria o modelo adequado e acabado de uma “revolução burguesa”. Confrontada com esse modelo, a História do Brasil surgia como um inventário de ausências, a começar pela própria burguesia!

Mas o quadro simplificado acima apresentado não faz justiça ao conjunto da produção intelectual brasileira sobre o tema, que comporta visões mais matizadas sobre a revolução no Brasil. Trabalhos recentes têm procurado enfatizar uma leitura distinta de nossa História, que não mais aparece como um eterno avançar para o mesmo lugar, mas sim como um processo lento e profundo de modernização, em que a notação de ausência de protagonismo radical por parte dos atores subalternos é deslocada pela percepção de modificações “radicais” na sociedade brasileira, muitas vezes produzidas sob a égide de condutores políticos “não revolucionários”. Exemplar desse registro é o trabalho de Werneck Vianna (1997), que procura interpretar à luz do conceito gramsciano de “revolução passiva” a conturbada modernização política e social do Brasil. Eventos como a Independência, a República e a Revolução de 30 são lidos como exemplos da dialética conservação-mudança que marcaria as transformações “revolucionárias” brasileiras. Na perspectiva deste autor, a preservação de elites tradicionais ou a cooptação de setores subalternos não impediriam que rupturas moleculares dinamizassem a sociedade brasileira, configurando um caminho “passivo” mas mesmo tempo progressivo rumo à democratização e à modernização. A Independência, que teria conjugado liberalismo revolucionário e escravismo, e o movimento de 30, que teria introduzido a “questão social” como elemento incorporador mas ao mesmo tempo aberto espaço para o transformismo das elites agrárias, seriam ilustrações perfeitas do potencial revolucionário contido na revolução passiva à brasileira. Nas palavras do autor,

* Instituto Universitário do Rio de Janeiro.

¹ Boa parte da literatura sobre o “populismo” no Brasil espousa essa tese, de diferentes maneiras.

“Assim, neste país que desconhece a revolução, e que provavelmente jamais a conhecerá, ela não é uma idéia fora do lugar, como não o foi o liberalismo que inspirou a criação do seu Estado-nação. Com efeito, o Brasil, mais que qualquer outro país da América Latina, esta vasta região do continente americano que chega à modernização em compromisso com o seu passado, pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva . “ (1997; 12).

Nessa chave, a americanização não seria o resultado de uma ruptura cega, mas antes uma produção singular dinamizada pelo próprio iberismo que teria organizado a formação de nosso Estado. Assim, os novos interesses emergentes seriam constantemente acomodados pela racionalidade estatal em uma ordenação social na qual a dimensão do público exerceria frequente protagonismo.

Contudo, não apenas trabalhos produzidos pela ciência social brasileira contemporânea tratam com profundidade do tema. Uma leitura cuidadosa do que se convencionou chamar “pensamento social brasileiro” revela interpretações ricas e criativas sobre o que teria sido a “revolução brasileira”, e como esta teria se processado. Este trabalho, portanto, tem como objetivo analisar o tema da “revolução brasileira” nas obras de três autores clássicos dos estudos sobre o Brasil² – *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes. Além de investigar qual o sentido, localização e andamento dessa revolução nessas obras, procurarei também sugerir que, a despeito de inúmeras diferenças, os três autores compartilham uma visão , em alguns aspectos, semelhante sobre o tema. Essa visão, como se verá, aproxima-se da leitura de Werneck Vianna sobre a “revolução passiva” apresentada brevemente nesta introdução. Contudo, acredito que a semelhança no diagnóstico dos três não se traduziu em projeções idênticas; e que, portanto, a resolução da revolução brasileira permaneceu uma questão tensa e aberta – pelas próprias características desse processo.

Inicialmente, tratarei separadamente os três autores, selecionado seus principais argumentos sobre o tema. Embora isso certamente implique uma análise mais global de suas interpretações gerais do Brasil, limitar-me-ei ao que possa auxiliar na exposição do argumento deste trabalho, evitando assim “resumões” burocráticos do pensamento de cada um. Ao final do texto, reservarei uma pequena seção para consolidar comparações e aproximações que, de uma forma ou de outra, terão surgido ao longo das seções individuais.

DE CASA GRANDE/SENZALA A SOBRADOS/MUCAMBOS.

“Nunca uma revolução se fez mais escandalosamente à vista de todo mundo do que essa, no Brasil da primeira metade do século XIX” (FREYRE, Gilberto 1990;534)

Não é comum encontrar o conceito “revolução” associado ao pensamento e obra de Gilberto Freyre, tido como politicamente conservador e intérprete apologético da civilização patriarcal escravocrata brasileira. Não pretendo aqui inverter os termos dessa associação comum, transformando o sociólogo pernambucano num progressista “oculto”, mas apenas mostrar como

² Ressalto que o termo “revolução brasileira” não é um conceito comum que surja literalmente nessa forma nos textos aqui trabalhados , mas uma forma de localizar as preocupações investigativas dos autores e nomear o objeto deste próprio trabalho.

Freyre contribui para uma interpretação da formação da moderna sociedade brasileira que enfatiza a radicalidade desse processo.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer o objeto desse livro de Freyre. Se em *Casa Grande e Senzala* procurou investigar a formação da sociedade patriarcal brasileira, fundada no complexo casa grande/senzala e na presença preponderante da escravidão negra, em *Sobrados e Mucambos* Freyre buscou analisar a decadência dessa “civilização” e o progressivo surgimento de um modo de vida eminentemente urbano e moderno, centrado num ordenamento social distante das relações “simplificadas” que agregavam/opunham senhores e escravos. Se sua obra anterior privilegiava geograficamente os engenhos de açúcar do Nordeste (em especial de Pernambuco), esta obra alarga seu foco para as grandes cidades brasileiras do século XIX – Recife, Rio de Janeiro, Salvador, etc..

O método de Freyre, porém, permanece. Se ao investigar a velha civilização do açúcar o sociólogo escolheu a sociabilidade como ferramenta de trabalho, em detrimento do estudo da formação do Estado e da burocracia dirigente (como faz, por exemplo, Raymundo Faoro), em *Sobrados e Mucambos* essa abordagem é até aprofundada. O século XIX surge das páginas do livro através de anúncios de jornal, técnica favorita do autor para expor as transformações do estilo de vida dos brasileiros urbanos. Moda, comida, música e demais formas de “estar no mundo” e experimentá-lo são outros instrumentos que Freyre retoma com evidente esmero, assim como a literatura dos viajantes, fonte clássica para diversos autores que buscaram interpretar o Brasil.

Alguns temas também permanecem. Um deles, verdadeira obsessão freyreana que se constitui em pedra fundamental de sua “teoria” sobre nossa civilização, é a chamada “plasticidade” portuguesa. Esse “hábito” colonizador, tão oposto à fixidez puritana e sua tentativa de redesenhar o mundo colonizado à sua imagem e semelhança, teria sido responsável por um processo de colonização que acomodou os contrários. Essa plasticidade não é apenas um instrumento de retórica que serve ao surrado argumento do “hibridismo” da cultura brasileiro, mas ferramenta de compreensão que enfatiza um aspecto decisivo da construção do Brasil e de seu processo de transformação: a progressiva incorporação do “novo” à ordem ibérico-portuguesa, sem a ruptura com esta. Um mecanismo que induz transformações, mas não implica a derruição completa da tradição. Esse tema, trabalhado exaustivamente em *Casa Grande e Senzala*, é retomado em *Sobrados e Mucambos* para explicar o andamento da “decadência do patriciado rural e desenvolvimento do urbano”-- não por acaso, subtítulo do livro. O surgimento da vida urbana moderna não é explicado por uma luta fratricida entre a cidade e seus atores (burguesia, plebe urbana) e o engenho e seus comandantes, mas antes por uma progressiva “transferência” de poder e prestígio deste para aqueles, conduzida muitas vezes por membros das próprias famílias rurais que se deslocavam lentamente para a cidade e arredores. O sobrado, como ressalta Freyre, teria conservado funções da casa-grande, que por sua vez teria se transformado numa espécie de lugar de recreação das famílias. Antigas formas de organização familiar e estruturação das relações pessoais teriam permanecido, ainda que atualizadas num novo ambiente. Não à toa, Freyre repete constantemente ao longo do texto e embaixo das reproduções de anúncios de jornal a expressão “estilos de convivência ainda patriarcal e já urbana”.

Embora tendo seu andamento marcado pela plasticidade que dinamizou o tempo de colonização, a transição para uma vida urbana moderna teria sido um acontecimento de

características revolucionárias. Segundo Freyre, uma “reeuropeização”, tão distinta da europeização inicial, que a chave do iberismo é situada no Oriente, como fica evidente no capítulo IX. Afinal, a influência moura que foi transplantada junto com os portugueses guardaria características singulares, mais próximas do mundo árabe e asiático que do europeu ocidental. A socialização das mulheres, por exemplo, teria sido fortemente conformada pelos padrões de sociabilidade próprios desse mundo, e estaria sendo progressivamente desafiada por uma nova estruturação em que as mulheres não apenas tocavam piano e aprendiam línguas, mas tornavam-se consumidoras no mercado capitalista.

As principais características desse novo mundo, portanto, seriam eminentemente ocidentais. Temas comuns ao mundo industrial são tratados por Freyre, como a formação de um mercado consumidor alimentado por uma ordem social diferenciada e regulado pelos padrões de consumo da Europa Ocidental e pela principal forma de comunicação moderna: a publicidade (não por acaso, os anúncios de jornal surgem com frequência ao longo do texto). A desestruturação das relações sociais tradicionais e sua progressiva mercantilização e coisificação também são analisadas, em especial no que se refere à relação senhor/escravo, agora supostamente “desprotegida” da virtuosa armadura patriarcal. O impacto da máquina e do trabalho técnico também é um fenômeno estudado por Freyre, que destaca o que isso teria significado para a ascensão social dos mulatos (voltarei ao tema mais adiante). Finalmente, o surgimento de novos personagens na sociedade é outro tema de relevo na análise freyreana. Artífices, caixeiros, diretores de escola, aprendizes, operadores de maquinaria seriam os novos atores da vida urbana brasileira, juntado-se a uma incipiente pequena burguesia versada em comércio. Como se percebe, um mundo bem diverso daquele ordenado pelo complexo casa grande/senzala.

A revolução de que fala Freyre ao longo do capítulo X seria principalmente uma revolução urbana, dinamizada pela transferência da Corte para o Rio e pelo progressivo enfraquecimento do tráfico negreiro, que teria liberado capitais para outras atividades mercantis. O autor dedica longas páginas ao crescimento das cidades, à introdução de máquinas e ao surgimento de produtos associados ao gosto urbano e sofisticado. O eixo privilegiado de análise é antes sociológico que político, e a análise é centrada principalmente nas consequências dessas inovações no âmbito da sociabilidade. Os novos personagens e protagonistas da revolução urbana de meados do século XIX teriam surgidos ao longo desse processo, animados por novas formas de estruturação das relações sociais aceleradas pela modernização da sociedade. Os novos condutores da política, os jovens bacharéis educados no exterior, não seriam propriamente uma nova classe revolucionária organizada como atores da ruptura, mas antes tipos oriundos da velha ordem patriarcal ou mestiços “protegidos” em contato com influxos modernos. Embora não tenham protagonizado uma revolução nacional-liberal, estiveram à testa de inúmeros movimentos revolucionários, como aponta o autor – Inconfidência, etc. É interessante notar como Freyre valoriza positivamente os “afrancesados” bacharéis, que embora privados da experiência política dos velhos administradores coloniais, teriam propiciado uma maior abertura intelectual da sociedade brasileira. A proliferação de letrados teria representado também um espaço de ascensão social para a população mestiça, desintegrando o equilíbrio simples entre senhor/escravo. Destarte, Freyre vê positivamente o bacharel não necessariamente pela sua erudição apenas, mas principalmente como um papel social aberto aos novos personagens da vida urbana moderna. Nessa chave, não haveria contradição entre o elogio aos mulatos técnicos (operadores das novas máquinas) e a valorização do bacharel, já que ambos significariam uma

maior diferenciação da sociedade e a criação de novas possibilidades de acomodação no complexo sobrados/mucambos.

Fiel a sua interpretação do Brasil, Freyre não vê o revolucionário processo de urbanização como uma linear ocidentalização que só benefícios trazia. O autor preocupa-se especialmente com o impacto desse processo sobre a população negra e cativa, acostumada à “tolerância” da casa grande, onde vivem quase como pessoas da “casa”, enredados na proteção do senhor. Numa ordem urbana marcada pelas relações impessoais e instrumentalizadas, os negros teriam sofrido mais com sua mercantilização. Desenraizados e coisificados, negros e escravos teriam sido os principais atingidos pela reeuropeização. Contudo, o saudosismo patriarcal que perpassa essa argumentação é paradoxalmente moderno, já que Freyre não apenas apresenta a sociedade urbana mas já aponta seus males e patologias. Monetarização, perda da pessoalidade nas relações pessoais e coisificação são temas caros a autores europeus da modernidade capitalista, e a introdução dessa temática pelo sociólogo pernambucano atesta a profundidade das mudanças que revolucionavam a sociedade brasileira. O tom de lamento não invalida a percepção precisa, nem suplanta a valorização que o autor faz do novo equilíbrio sobrados/mucambos.

A revolução urbana brasileira, porém, não teria sido “resolvida” com a “vitória” de uma força sobre outra. Os capítulos finais da obra, dedicados ao problema do mulato, reafirmam o tipo de abordagem desenhado por Freyre, no qual a plasticidade característica de nossa civilização teria sido poderosa ferramenta de acomodação entre contrários. O que poderia desembocar num conflito derradeiro entre complexos culturais distintos, numa espécie de Haiti sul-americano, teria terminado com um arranjo entre “culturas” diversas que diminuiu a distância social entre dominantes e dominados. Assim, uma revolução que teria se processado sem uma ruptura política propriamente dita teria tido sua consolidação garantida pela ascensão social de uma nova classe, uma “meia-raça” que fornecia novos personagens para o mundo urbano, assegurando assim um equilíbrio dinâmico entre brancos e negros. “Meia-raça” essa que seria matriz de uma classe média, típica de sociedades modernizadas, alicerçada na técnica e na inteligência e com potencial democratizante. Segundo Freyre, essa configuração teria garantido a mobilidade horizontal e vertical de nossa sociedade e impedido uma ruptura profunda que implicasse a eliminação completa dos atores da velha ordem. A revolução brasileira, urbana e moderna, teria seu andamento marcado pela plasticidade desses mulatos, o que propicia uma leitura da análise freyreana que ressalta a duplicidade desse processo: ao mesmo tempo escandaloso, radical (como na citação apresentada no início desta seção) e silencioso. No dizer de um dos pernambucanos da predileção de Freyre, Joaquim Nabuco,

“Há duas espécies de movimento em política: um, de que fazemos parte supondo estar parados, como o movimento da terra que não sentimos; outro, o movimento que parte de nós mesmos. Na política são poucos os que têm consciência do primeiro, no entanto esse é, talvez, o único que não é uma pura agitação” (1948;159).

IBERISMO E AMERICANISMO

“ A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em instante preciso : é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. “ (BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. 1995;71)

Difícil definir apenas um tema principal que orienta a obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. O sentido da colonização portuguesa, as origens da cultura nacional, a “psicologia” de nossa identidade e o papel preponderante da cordialidade na organização da sociabilidade são alguns dos pontos investigados por Sérgio em seu estudo. Mas poder-se-ia dizer que a vitalidade do texto se encontra na questão de fundo, que arruma os demais temas: Como uma sociedade de fortes raízes ibéricas, como a brasileira, pode modernizar-se? Colocar essa questão implica trazer à tona o tópico que é o objeto deste trabalho – a revolução brasileira, seu andamento e seu sentido.

A obra de Sérgio tem traços similares ao texto de Freyre, analisado anteriormente. Algumas preocupações se repõem, como o impacto da colonização portuguesa e o papel central da família patriarcal no Brasil. Contudo, a abordagem do historiador paulista comporta uma leitura talvez mais matizada que a freyreana. O problema do nosso iberismo, apresentado com visível entusiasmo em *Casa Grande e Senzala*, é estudado pelo autor também por um viés negativo. O indivíduo ibérico é situado em perspectiva comparada com o indivíduo puritano, pois ambos seriam florações de dois tipos distintos de individualismo. Ao invés de associar a Ibéria ao “holismo” e concepções filosóficas que privilegiariam o todo em relação as partes, Sérgio argumenta que nós teríamos herdado uma cultura da personalidade muito específica e vigorosa, onde a afirmação “honrosa” do indivíduo digno e fidalgo não teria produzido terreno propício para o associativismo ou para acordos civis e coletivos sobre a organização da vida social. Na leitura de Sérgio, paixões individuais fortemente particularistas não teriam efeito positivo sobre a sociabilidade comum, pois se constituiriam como fortes obstáculos a qualquer tipo de renúncia em prol do bem comum. O individualismo protestante, por sua vez, seria uma floração mais afeita ao exercício da vida coletiva, pois produziria um ambiente social mais impessoal e suscetível à regulação das paixões e dos interesses³.

Desse ponto inicial, Sérgio desfia uma série de sugestões e hipóteses sobre as características da sociabilidade produzida pela colonização portuguesa. Ao contrário de uma forte vertente do pensamento social brasileiro, que localiza no predomínio do Estado sobre o indivíduo a raiz de nossos males, o autor associa nossa *malaise* a exacerbação de um individualismo desenfreado e não-metódico, motor da colonização do público pelo privado. No seu famoso capítulo sobre o homem cordial, Sérgio argumenta que a cordialidade, expressão mais acabada da cultura da personalidade, teria produzido sujeitos pouco afeitos a uma forte ética do trabalho e a compromissos estáveis. O brasileiro se orientaria antes pelo afeto e pelo extravasamento não regulado de sua subjetividade do que por regras comuns que delimitariam claramente espaços sociais e possibilitariam uma vida coletiva mais vigorosa. Esse intimismo opressor teria transformado o Estado numa extensão prolongada da família e sua estrutura de relações sociais, distanciando nosso tipo de vida pública da América do bem comum. Contudo, essa leitura “dura” do argumento de Sérgio não revela todas as matizes de seu pensamento sobre o tema. Ao contrapor nossa “cordialidade” à polidez, o autor argumenta que esta última operaria como uma barreira protetora do indivíduo diante do social, enquanto aquela produziria, de certa forma, um indivíduo mais “plástico”.

³ Esa dualidade civilizatória, porém, não é trabalhada de forma dura pelo autor, como se a única resolução possível fosse a superação completa da Ibéria (vista como globalmente negativa) pela América *tout court*. Voltarei a esse ponto mais adiante, pois é fundamental para a concepção de Sérgio sobre a “revolução brasileira”.

O tema da plasticidade ibérica não é propriedade exclusiva de Sérgio, tendo sido explorado a exaustão por Gilberto Freyre, como procurei mostrar na seção anterior. Ao comparar a arquitetura colonizadora dos espanhóis e portugueses, Sérgio argumenta que estes operariam por meio da experiência e do realismo, enquanto aqueles prefeririam guiarem-se por planos abstratos e racionalmente elaborados. Assim, as cidades espanholas na América seriam expressões empíricas de um desenho geométrico e equilibrado, enquanto as cidades brasileiras caracterizariam-se pela assimetria. Essa sabedoria do “senso comum” dos portugueses aproxima-se das sugestões de Freyre sobre a acomodação que teria marcado a empreitada colonizadora e se transformado em marca da vitalidade da civilização brasileira. O juízo de Sérgio, contudo, é bem mais discreto do que o de Freyre, e parece seguir a prudência e o realismo que ele atribui aos colonizadores.

Após apresentar esse quadro da vida social brasileira, como compreender as transformações que se iniciaram no século XIX, com a chegada da Corte? Os primeiros capítulos da obra delineiam uma sociedade de raízes agrárias (embora não propriamente rural), marcada pelo predomínio da família patriarcal e de valores particularistas distanciados da modernização burguesa. Nossa vida social se caracterizaria pela debilidade da vida urbana, mediocrizada e subordinada às grandes fazendas e seus comandantes. O *locus* de nossa experiência, portanto, não estaria nas ruas, no comércio moderno ou nas fábricas, que demandariam outro tipo de ética, mais americana.

Diante desse quadro, Sérgio caracteriza as transformações que alteraram a paisagem da sociedade brasileira ao longo do século XIX como revolucionárias. O capítulo 7 de sua obra é significativamente intitulado “Nossa Revolução”, e é dedicado ao que o autor classifica como um “lento cataclismo” (pg. 172). Esse processo lento, que teve sua marca mais visível na Abolição, poderia ser classificado como uma revolução urbanizadora, cuja principal característica seria a decadência dos centros rurais e sua subordinação aos novos centros dinâmicos da sociedade brasileira – as cidades. O seu tempo não é o das revoluções clássicas, já que se prolongaria por pelo menos três quartos de século e não conheceria um “marco zero”. A Abolição, mencionada pelo autor, seria um episódio crucial, um demarcador, mas não o evento-absoluto *à lá* Bastilha. Enquanto Sérgio escreve (anos 30) essa revolução ainda estaria se processando, talvez nos seus momentos mais vigorosos, expressando a definitiva vitória da urbanização sobre o patriarcado rural. Importante ressaltar aqui que essa “urbanização” não significa apenas o crescimento das cidades, mas a emergência de um novo estilo de vida, o americanismo. Comércio, fábrica e vida nas ruas seriam elementos urbanos inseparáveis de uma nova sociabilidade, distinta da praticada numa ordem social regulada pelo personalismo ibérico. Esse movimento, porém, não seria apenas lento, mas também plástico. Como já afirmara anteriormente, a interpretação de Sérgio não autoriza plenamente uma leitura da transição entre iberismo e americanismo pela chave da transplantação pura de um modelo sobre outro. A revolução seria, por certo, um movimento avassalador, que teria relegado as velhas elites imperiais ao esquecimento e corroído as bases de poder dos grandes senhores de engenho. Contudo, nosso americanismo não teria encontrado ainda seu andamento correto. Nas palavras do autor,

“ Se a forma de nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve-se atribuir tal fato sobretudo às insuficiências do “americanismo”, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exarcebamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra.” (pg. 172)

A passagem acima introduz o delicado problema da mudança revolucionária numa sociedade de fortes bases ibéricas. A expressão intelectual e política da revolução brasileira não

teria ainda se manifestado de forma pujante, pois a simples importação de ideologias, leis e formas de criação institucional ignoraria a fortaleza da cordialidade brasileira. Não à toa, Sérgio discorre com cuidado sobre o liberalismo e a democracia no Brasil, alertando para o descompasso entre essas formas políticas e a sociedade brasileira. Chega mesmo a elogiar o personalismo e o caudilhismo, que seriam expressões mais autenticamente organizadoras da vida ibérica (para, logo depois, refutar a “farsesca” estabilidade política produzida por homens fortes providenciais). A despeito disso, não considera que essas produções “americanas” seriam intrinsecamente irredutíveis a nossa matriz cultural, como poderia se concluir. Sua argumentação no capítulo final é, portanto, constantemente tensionada entre o desprezo pelo liberalismo bacharelesco e artificial e a simpatia com que vê a revolução americana e sua lenta vitória sobre o personalismo. Escrevendo nos anos 30, está ciente de que uma argumentação anti-liberal fundada na defesa da “singularidade” nacional contra os falsos esquemas democráticos pode não apenas ser ingênua, mas politicamente perigosa, por jogar água no moinho do autoritarismo caboclo que já se manifestava. Sua adesão democrática é explícita, e identificada com o americanismo que estaria lentamente erodindo a antiga ordem. Poder-se-ia arriscar dizer que Sérgio advoga um procedimento “ibérico” que conduza o Brasil à América de forma menos caricata. Assim como os portugueses não desenhavam suas cidades abstratamente, mas as moldavam de acordo com a experiência cotidiana e pragmática, a condução da revolução deveria “(...) respeitar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irredutível e desdenhoso das invenções humanas”(pg. 188). O tema do realismo português, versão sóbria da plasticidade freyreana, é retomado aqui como uma espécie de ciência política moderna, capaz de orientar positivamente a revolução americanista evitando o desvario do redesenho abstrato do mundo social. Assim, se a revolução brasileira na versão de Sérgio é eminentemente sociológica, seu desfecho futuro só seria garantido com a operação da política, entedida não como erudição revolucionária, mas como sabedoria convencional ibérica.

A REVOLUÇÃO BURGUESA

“A Independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constitui a primeira grande revolução social que se operou no Brasil”. (FERNANDES, F;1987;31).

O estudo de Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, guarda singularidades que o situam numa posição especial neste trabalho. Ao contrário de Sérgio e Gilberto Freyre, Florestan surgiu em outro ambiente intelectual, marcado pela formação universitária e pelo treinamento em pesquisa sociológica. Líder de toda uma geração, o sociólogo paulista representou o tipo por excelência do pesquisador “moderno”, especializado no seu ofício e imbuído da convicção de que a investigação social deveria ter parâmetros científicos rígidos. Posteriormente, Florestan dedicou-se à militância socialista, e procurou conciliar suas duas paixões por meio de uma sociologia crítica e mais afeita ao cânone marxista. Sua obra maior, lançada em meados dos anos 70, deve ser entendida a partir dessas injunções. O tema da revolução surge de forma explícita, e sua centralidade pode ser compreendida a partir das características da formação de Florestan. Como um dos “fundadores” da chamada escola sociológica paulista, sempre preocupou-se com os problemas da transição moderna na sociedade brasileira e dos obstáculos à afirmação de uma ordem social competitiva. Como participante dos debates internos da esquerda brasileira, constantemente enredada no cipal do “socialismo em um país periférico”, procurou esclarecer o sentido da misteriosa “revolução burguesa”. Como se

sabe, as controvérsias sobre o estatuto capitalista do Brasil e sua inserção peculiar no Ocidente não eram apenas teóricas, mas tinham efeitos diretos sobre a prática política⁴. Nesse sentido, *A Revolução Burguesa no Brasil* foi um livro fundamental para o avanço do debate progressista, ao mostrar que a revolução burguesa já tinha se completado com a modernização do país, e que a atuação da esquerda deveria partir de um ponto “moderno”. Creio também que é importante ressaltar a posição cronológica de Florestan, que escreveu boa parte de seu textos em meados dos anos 60, trinta anos após Sérgio e Freyre. Contudo, essa distância histórica não impede uma comparação entre os três, sob o risco de se inconscientemente esposar a tese de que “ensaísmo” e “ciência sociológica” são produções incompatíveis, dada a suposta superioridade da última sobre o primeiro.

O texto de Florestan, aliás, tem uma leitura que o aproxima do “ensaísmo”. Dividido em duas partes, que foram escritas em momentos diferentes, constitui um largo ensaio interpretativo sobre a formação do Brasil moderno. Num registro histórico de longa duração e desprovido das amarras da pesquisa acadêmica *strictu sensu* (o que certamente enfraquece a dimensão empírica da observação), a primeira seção do livro tem um formato livre, em que o evidente ecletismo teórico do autor (que combina referências weberianas, marxistas e funcionalistas) não é desenvolvido exaustivamente. Os conceitos e categorias surgem velozmente, mas não são destrinchados como seria de esperar num trabalho que seguisse padrões rigorosos de “cientificidade”. O tema central é o sentido das transformações produzidas no Brasil após a Independência, com destaque para o caráter “revolucionário” dessas transformações. Essa primeira parte, escrita a partir de notas de aulas dadas em meados dos anos 60, destoa significativamente da segunda, mais preocupada com a resolução autocrática da revolução burguesa via ditadura aberta e os impasses da ordem capitalista internacional. As referências aproximam-se mais do cânone marxista, com utilização exaustiva de autores como Rosa Luxemburgo. Concentrarei-me exclusivamente na primeira parte.

Já no início do texto Florestan situa com exatidão seu problema: existiu ou não uma revolução burguesa no Brasil? Aliás, existiu uma burguesia? Se adotarmos o que ele chama de “historicismo a-histórico” (pg. 17), e que consiste em negar a revolução com base na inexistência de um processo similar ao que teria ocorrido na Europa Ocidental, a resposta seria não. Contudo, este não é o eixo explicativo do autor, que prefere tomar a revolução burguesa não como um episódio histórico que só ganharia concretude se repetidas as mesmas bases sociais e personagens europeus (burgos, etc), mas sim um fenômeno estrutural, ou melhor, um processo civilizador específico, de larga duração. A revolução burguesa no Brasil seria representada pela desagregação da ordem senhorial-escravocrata e pela absorção de um novo padrão de civilização, mais ajustado à dinâmica do capitalismo e de suas relações sociais.

O marco fundamental da revolução burguesa para Florestan é a Independência. Ao contrário de análises que tendem a menosprezar o impacto desse episódio, o autor sugere que essa transformação política produziu enormes implicações na economia, na sociedade e na

⁴ Um exemplo clássico é o da discussão sobre o “feudalismo” nas relações de produção rurais brasileiras. Aceita essa tese, defendida ainda por alguns teóricos e militantes de esquerda nos anos 50 e 60, a estratégia política só poderia ser uma revolução burguesa de cunho nacionalista, que permitisse ao Brasil adentrar uma nova etapa do desenvolvimento capitalista. Posteriormente, durante a ditadura militar, muitos economistas e sociólogos apontavam a economia brasileira como recessiva e estagnacionista, o que caracterizaria uma situação de impasse do capitalismo produzida pela própria lógica contracionista e autocrática das políticas militares. A saída “para a frente” só poderia ser a revolução socialista, dada a ligação indissociável entre capitalismo e ditadura na periferia do sistema.

cultura brasileiras. O mundo particularista e exclusivista dos senhores de fazendas teria sofrido um abalo quando estes atores perceberam que a autonomia jurídico-política do país demandava uma reorganização do padrão de dominação. Esses senhores teriam se transformado em cidadãos e iniciado uma extensão do seu círculo de ação, que passava a englobar a administração do Estado Nacional. Os fazendeiros teriam passado a se organizar enquanto um grupo consciente de suas tarefas e propensos a modernização dos papéis dirigentes. Rompido o estatuto colonial, a ideologia desse Estado Nacional teria passado a ser o liberalismo. Segundo Florestan, o liberalismo não teria sido produto de uma profunda transformação econômica nas relações de produção senhoriais, mas antes uma expressão da autonomia política do país e da ampliação "universalista" do padrão de dominação dos senhores. Assim, embora a Independência não tenha representado uma ruptura com os fundamentos materiais da ordem colonial, como a grande fazenda exportadora e o latifúndio escravocrata, não haveria dúvidas de que produziu alterações profundas no estatuto político do país, convertendo dispersos fazendeiros em cidadãos. Vale ressaltar a abordagem "generosa" que Florestan faz do liberalismo das elites políticas imperiais. Ao invés de simplesmente apresentá-lo como um ideário "exótico" ou incongruente em relação ao escravismo que ainda imperava, o autor prefere ver no liberalismo a combinação das dimensões ideológicas/utópicas. Com clara referência em Mannheim, Florestan argumenta que o liberalismo era, ao mesmo tempo, expressão da posição privilegiada e exclusiva dos senhores na nova ordem e projeção utópica de um tempo ainda a se construir. Embora fosse produto de uma visão de mundo particular, e portanto ideológica, esse ideário não poderia ser "impunemente" adotado numa ordem social-escravista sem se constituir numa ameaça ao tradicionalismo que ainda marcava o comportamento político desses cidadãos-fazendeiros. Afinal, o liberalismo seria expressão de uma ordem fundada no trabalho livre e em padrões de dominação universalistas, ordem esta que ainda estava por se consolidar no país. Retomarei essa discussão na próxima seção, em que pretendo comparar mais estreitamente os três autores abordados neste trabalho.

A reorganização do poder no Brasil teria produzido uma burocratização das antigas funções patrimonialistas, levando os novos cidadãos a se organizarem enquanto sociedade civil e elite dirigente. A linguagem do liberalismo seria o suporte cultural dessa reorganização, e ao ser adotada teria aberto um campo maior de atuação e opinião para os setores estamentais, agora guindados ao poder político. Segundo Florestan, surgiria nesse momento uma sociedade nacional propriamente dita, organizada em moldes constitucionais e aberta a novos arranjos. A Independência teria produzido também efeitos econômicos e sociais. O rompimento da sujeição colonial implicava a internalização de fluxos de renda e a necessidade dos fazendeiros-cidadãos assumirem as funções comerciais com o exterior. Isso teria provocado uma progressiva diferenciação da estrutura econômica e social do Brasil e a importação de um novo padrão civilizatório, próprio das modernas nações da Europa Ocidental. A dinamização interna do comércio teria produzido situações de mercado, a despeito de fatores heterônomos na estrutura econômica brasileira que restringiam esse processo. A fazenda teria deixado de ser um mero espaço de exercício de mando senhorial para transformar-se num negócio, no qual imperativos de racionalidade econômica orientavam a produção. Segundo Florestan, a autonomia política propiciada pela Independência teria inserido as unidades produtivas diretamente no circuito capitalista internacional, sem a intermediação da Metrópole, o que teria ajustado minimamente os atores desse mundo aos ditames desse circuito. Os personagens mais vigorosos dessa floração mercantil e progressivamente urbana teriam sido os fazendeiros de café e os imigrantes. A relevância de ambos estaria diretamente ligada à expansão da ordem social competitiva e à diferenciação de papéis, que teriam criado as condições para que se removessessem os obstáculos à

consolidação de uma mentalidade capitalista. Os fazendeiros mais “modernos” (principalmente os do Oeste paulista) teriam se transformados em homens de negócio, e suas fazendas aos poucos teriam perdido o estatuto senhorial, subordinando-se às oportunidades de mercado que se abriam nas cidades. Os imigrantes teriam não só mentalidade e personalidade mais adequadas às demandas de um novo sistema econômico, como teriam se constituído no núcleo do trabalho livre no Brasil.

Interessante notar que a implantação de formas de pensar mais especificamente capitalistas teriam sido absorvidas como uma importação, como produtos culturais de um novo ordenamento jurídico-político no Brasil. O “espírito” burguês teria surgido no Brasil não como uma emanção direta do mundo fabril ou da produção manufatureira, mas como expressão do mundo urbano que surgia graças à integração do país no circuito comercial internacional. Esse mundo urbano e burguês seria o núcleo da modernização no Brasil, e progressivamente teria adquirido mais pujança e maior coesão, acompanhando a dinamização da ordem social competitiva .

Como se percebe, a revolução brasileira, na interpretação de Florestan, foi uma revolução burguesa, ainda que sem o figurino que constantemente se atribui a esse processo (ponto que abordei na introdução). O espírito burguês teria penetrado no Brasil, e não como um elemento completamente “exógeno” no escravocrata século XIX . Ainda que não fosse um produto direto de uma ordem econômica fundada no trabalho livre , o “burguês” teria lentamente se imposto na sociedade nacional que se constituía e ganhado corpo com os novos personagens urbanos que surgiam. Na perspectiva de Florestan, a revolução teria sido antes uma produção política e cultural, e seu andamento seria marcado pela lenta erosão da ordem senhorial produzida pela consolidação da ordem social competitiva. Embora destaque o elemento revolucionário presente na Independência, fica claro que para o autor não teria havido uma ruptura tão marcada assim, como atestam a preservação do trabalho servil e o estabelecimento de uma sociedade civil restrita aos brancos ricos. Ainda assim, a Independência teria sido o ponto de partida político que possibilitou o surgimento de uma nova ordem social, produzida “molecularmente” durante todo o século XIX sob o impulso de um núcleo urbano e burguês. Nessa chave, a revolução burguesa seria antes um processo civilizador de longa duração do que um episódio histórico “explosivo” .

CAMINHOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Uma revolução poderosa ocorreu no Brasil durante boa parte do século XIX, tendo produzido efeitos concretos na estruturação da sociedade e no estilo de vida do brasileiro. Correndo o risco da simplificação, mas sem com isso alterar a argumentação dos três autores estudados, poder-se-ia dizer que Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes asinariam a frase acima. Indo além, diriam os três que essa revolução foi eminentemente urbana, traduzindo o declínio da ordem rural-escravocrata e a emergência de novos personagens, mais afeitos a uma sociabilidade moderna e cidadina. Tanto os imigrantes de Florestan quanto os mecânicos mulatos de Freyre (e, por que não, os bacharéis americanos de Sérgio.) seriam os novos atores “médios” que, crescendo distantes das velhas fazendas e no seio das novas cidades, estariam mais ajustados a essa nova ordem social. Embora essa revolução tenha sido “(...)lenta, mas segura e concertada” (HOLANDA; op. Cit; 171), ela conheceu marcos políticos fundamentais, como a Abolição, que na perspectiva de Florestan e Sérgio teria sido um momento capital na derrocada da velha ordem senhorial. Freyre é mais cuidadoso nessa datação, mas não

ignora o potencial que certos eventos políticos possam ter como “marcadores” da revolução brasileira.

Os três concordariam quanto ao andamento dessa revolução. Ela não teria sido uma explosão política condicionada por grandes transformações na infraestrutura da sociedade, mas antes um processo lento cuja delimitação ultrapassaria as décadas, insinuando-se pelo século XX. Mas essa “lentidão” não implicaria fraqueza ou falta de vigor, como atestariam os produtos revolucionários desse largo evento. Os próprios personagens da revolução ganhariam força com as transformações moleculares desta, emergindo muitas vezes não como protagonistas solitários, mas sim como codjuvantes das elites tradicionais que ainda persistiriam no cenário. Como se percebe, a revolução na perspectiva destes autores se aproxima a um processo civilizador de longa duração, que teria conformado novos padrões de sociabilidade e uma ordem social mais universalista. A condução deste processo não seria propriedade de atores radicais novos e propensos a liquidação dos traços da velha ordem, mas sim de elites “convertidas”. Um processo com andamento similar ao apontado por Werneck Vianna na “revolução passiva”.

A despeito de diferentes formações teóricas e filiações intelectuais, o “moderno” surgiria dos escritos desses três autores por um ângulo similar: o da sociabilidade, ou melhor dizendo, o da cultura. Em Freyre, cujo método já privilegia a história das práticas sociais, gostos e interações íntimas, isso fica mais evidente. O painel que lentamente toma forma na sua obra é composto por aparentes “miudezas” que revelam a formação de um mercado consumidor de luxo alimentado por uma rede urbana de serviços e comércios. O que poderia ser apenas um anedotário de futilidades “para inglês ver” transforma-se num poderoso indicador do estágio de diversificação alcançado pela sociedade brasileira, e revela a proliferação de postos e ocupações abertos aos setores subalternos. Assim, o capitalismo brasileiro não seria uma incongruência por não ter tido seu *locus* na fábrica. Mesmo em Florestan, sociólogo formado no mundo da economia paulista e afeito à investigações sistêmicas, a revolução surge antes pela cultura e pela política do que pela infra-estrutura. O espírito burguês teria sua entrada em cena possibilitada por um evento político (a Independência), e seu dinamismo seria alimentado pela importação de um novo “estilo de vida”, mais diversificado e urbano. Como em Freyre, o gosto urbano e o consumo de luxo não figuram no texto aleatoriamente, mas como expressões de um fenômeno social relevante – aqui, a inserção do Brasil no sistema internacional de comércio e a difusão de hábitos “europeus”. Interessante notar que hábitos também se traduzem em formas de pensar e em esquemas mentais de apreciação da vida social. O capitalismo e seu sistema de valores seriam aqui, então, produtos “culturais”, antes que emanações reflexas da vida econômica. Só desta forma se poderia explicar a emergência da cidade e seus personagens no seio de uma ordem ainda centrada no trabalho escravo. Em Sérgio a revolução também é explicada pelo ângulo do mundo urbano, e não por uma economia política do capitalismo brasileiro. Tanto que o eixo por excelência da análise do autor é o da sociabilidade do brasileiro, que seria marcada pela cordialidade, e sua transformação sob o impacto de uma nova forma de organizar as relações sociais, mais impessoal e “anônima”.

Surpreendentemente, as semelhanças se apagam quando o tema do liberalismo ganha corpo nos textos. Se Sérgio vê nessa ideologia, tal como adotada no Brasil, uma manifestação do artificialismo bacharelesco, como se o vigor de nossa revolução americana não encontrasse correspondência vigorosa e autêntica no mundo das idéias, Florestan é capaz de localizar o potencial revolucionário dessa ideologia numa ordem ainda senhorial. Entre os dois, Freyre pondera e se ressentido da substituição da experiência prática dos velhos chefes coloniais pelo

idealismo juvenil dos bacharéis, mas não hesita em apontar o potencial democratizador que um vida intelectual não moldada pelo jesuitismo oferece aos personagens subalternos da nova ordem. Foram os bacharéis influenciados pela reeuropeização que teriam traduzido o romantismo em termos apropriados pra nossa civilização, assim como teriam estado a frente de movimentos de renovação política. Importante notar que o liberalismo não surge das análises de Freyre e Florestan como uma ideologia exótica e sem razão de ser, como uma excrescência ilustrada numa sociedade escravocrata, mas como uma energia revolucionária com raízes nacionais.

A delimitação do andamento processual da revolução brasileira traz consigo outra questão comum, que na verdade se constitui num desafio teórico e prático: a persistência da tradição, ou dizendo de outra forma, a acomodação de personagens, traços ou sociabilidades oriundos da ordem escravocrata na nova ordem social. O melhor tratamento a esse tema é dado por Freyre, que argumentou exaustivamente ao longo de sua trajetória sobre a plasticidade portuguesa e o potencial incorporador da civilização produzida pela colonização. Assim, os mulatos, personagens centrais de *Sobrados e Mucambos*, representariam o estrato harmonizador dos antagonismos modernos, equilibrando uma ordem marcada por uma possível conflitualidade entre negros e brancos. Sua cor seria a própria metáfora de uma prática social marcada antes pela virtuosa acomodação entre os contrários do que pela hostilidade aberta. Destarte, a superação do complexo casa grande/senzala pelo sobrados/mucambos representaria uma mudança radical e revolucionária, mas não a ruptura com a matriz de operação da civilização brasileira. Mesmo em Florestan é possível perceber uma marcação similar, embora sem o mesmo sinal de “positividade”. O espírito “burguês” apontado pelo sociólogo paulista seria antes uma produção cultural que uma emanção direta de uma nova ordem social que deslocasse o cenário anterior. Os personagens urbanos, embora alicerçados na vida citadina e no fluxo livre de suas interações, conviveriam por um bom tempo com uma ordem escravocrata, e com uma sociedade civil restrita aos fazendeiros-cidadãos. A Independência, embora revolucionária, não teria alterado o estatuto agrário, e a burocratização nacional do poder patrimonial ainda funcionaria como barreira que guardava os privilégios senhoriais. Como afirma Florestan, “(...) nenhuma revolução sepulta todo o passado de um povo” (pg. 46). Já em Sérgio Buarque o problema ganha em complexidade. O seu diagnóstico é semelhante aos anteriores – a lenta vitória da revolução urbana-moderna não teria eliminado de imediato aspectos da “velha ordem”—mas sua interpretação é talvez mais oblíqua. Por um lado, afirma que

“Essa revolução nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda se assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar” (1995;180).

Por outro lado, reserva algumas páginas para o caráter artificial de nosso americanismo ilustrado, criticando-lhe por sua erudição abstrata e desligada da sociabilidade brasileira. Afinal, “As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas” (pg. 188). Como afirmei há algumas páginas atrás, acredito que a proposta de um realismo político “português” não visa preservar a Ibéria, mas sim viabilizar a América e suas instituições (é por isso que Sérgio menciona a revolução que ainda deve ser feita, ao contrário de Freyre e até de Florestan). Se em Freyre a valorização da plasticidade se traduz no elogio do

iberismo, reciclado num novo equilíbrio de antagonismos, em Sérgio ela funciona principalmente como instrumento de transformação de uma sociabilidade em outra.

Essa espinhosa questão abre a porta para um tema de envergadura ainda maior, e que poderia ser lido como uma resposta às seguintes perguntas: Qual o resultado da revolução brasileira? Qual o lugar do Brasil no Ocidente? A resposta de Florestan é clara : o Ocidente. Na sua perspectiva, tanto a afirmação livre da ordem social competitiva quanto a solução socialista para o “impasse estrutural” do capitalismo periférico são soluções que não contemplam ou dialogam com a tradição ibérica brasileira. A revolução burguesa, nossa primeira grande revolução social, teria completado seu ciclo, mas sua resolução definitiva teria cunho autocrático. Sérgio Buarque parece esposar uma saída liberal-democrática firme, que conduza o país decididamente a América. A tensão entre Ibéria e América, patente no capítulo 7, é observada por Wegner (2000), um estudioso da obra de Sérgio. No seu livro *A Conquista do Oeste* argumenta que essa tensão só foi “resolvida” em livros posteriores, que elegeram como foco o tema da fronteira e abandonaram a explicação genética, o que teria permitido uma visão “heterodoxa” da relação entre modernização e legado ibérico. Nessa chave de interpretação, o tema da personalidade ibérica, supostamente incompatível com a ética puritana do trabalho, é deslocado por uma leitura que destaca transformações orgânicas na sociabilidade brasileira que permitiriam uma conjugação entre modernização e tradição. O tema da fronteira é colocado como central para o entendimento de como o “espírito aventureiro” foi disciplinado e aproximou-se de uma ética capitalista. Acredito que uma apropriação livre das sugestões de Wegner pode auxiliar na perspectiva desenvolvida neste trabalho. Destarte, do mesmo modo que se poderia chegar a América via Ibérica – sugestão final de Wegner -- , seria possível pensar no tema da revolução numa perspectiva análoga, segundo a qual a americanização ainda não teria encontrado sua conclusão (Sérgio escreve nos anos 30), só possível se conjugada a uma revolução democrática mediada pelo exercício do pragmatismo incorporador ibérico. Ou seja, mais do que uma transição especial para a *civilidade* que preservasse a *cordialidade*, a dialética Ibéria-América poderia operar como princípio político singular. Freyre, por sua vez, vê a revolucionária reeuropeização do país como uma vitória, ainda que lenta e por vezes acidentada, do Ocidente sobre o Oriente. Contudo, isso não significaria o abandono cabal e definitivo da tradição, que seria reciclada num novo e moderno “antagonismo em equilíbrio”⁵. O legado ibérico, no caso de Freyre e Sérgio, é resgatado positivamente, seja pela chave da operação, seja pela chave da sociabilidade, o que indica que a resolução da revolução brasileira não prescindiria da História, nem implicaria a diluição completa da “singularidade”. Essa chave aproxima-se da leitura de Werneck Vianna, na qual a modernização brasileira seria operada pela dialética conservação-mudança, em um processo de longa duração animado pelo amálgama entre uma sociologia “revolucionária” e uma ciência política moderada.

Assim, se a vitória americana parece um diagnóstico comum (seja como realidade, seja como tendência histórica), a concretização desse processo e as novas formas de sociabilidade produzidas por ele ainda guardariam um quê de indeterminação, já que abertos à criação política. Nesse registro, o tema da “singularidade” deixa de ser uma camisa-de-força tradicionalista para funcionar como energia criativa da modernização.

BIBLIOGRAFIA

⁵ Quem trabalho com essa categoria foi Araújo (1994), em tese de doutorado sobre a obra de Gilberto Freyre

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de (1994). *Guerra e Paz : Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, ed 34.

FERNANDES, Florestan (1987). *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, ed Guanabara.

FREYRE, Gilberto (1990). *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Rio de Janeiro, ed Record.

HOLANDA, Sérgio Buarque de(1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo, ed Companhia das Letras.

NABUCO, Joaquim (1948). *Minha Formação*. São Paulo, Editora Jackson

WEGNER, Robert (2000). *A Conquista do Oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, ed UFMG.

WERNECK VIANNA, Luiz Jorge (1997). *A Revolução Passiva*.